

**SERVIÇO SOCIAL E MEIO AMBIENTE: UM ESTUDO SOBRE O  
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM COMUNIDADES  
COSTEIRAS (PEAC)**

**Simone Moreira dos santos, estudante da  
Universidade federal de Sergipe, e-mail:  
[moreiraufs@yahoo.com.br](mailto:moreiraufs@yahoo.com.br).**

**Suziany vieira da silva, estudante da  
Universidade federal de Sergipe, e-mail:  
[suzianynaufs@hotmail.com](mailto:suzianynaufs@hotmail.com)**

**RESUMO**

O serviço social começou a atuar na área do meio ambiente por volta dos anos de 1980/1990, desenvolvendo programas e projetos direcionados para atividades socioambientais nas empresas, com foco na educação ambiental voltada para a conscientização dos indivíduos sobre as causas e os meios de diminuir os problemas ambientais. O presente artigo tem o objetivo de analisar a atuação do serviço social no âmbito da educação ambiental, dando enfoque ao Programa de Educação Ambiental Com Comunidades Costeiras (PEAC), para tanto, a coleta de dados foi realizada por meio de uma pesquisa bibliográfica a respeito da temática pertinente. O PEAC surgiu em 1999 como projeto de educação ambiental, realizando cursos e articulação entre a Petrobrás e outras instituições do Estado de Sergipe. Este programa faz parte do conjunto de condicionamentos, exigidos pelo processo de licenciamento ambiental para manutenção de empreendimentos de petróleo e gás na bacia hidrográfica da Unidade de Negócio de Exploração e Produção de Sergipe e Alagoas – UN-SEAL. Atualmente existem dois projetos sendo desenvolvidos no PEAC, trata-se do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento Social e do Projeto de Monitoramento Participativo do Desembarque Pesqueiro – PMPDP, desenvolvidos por meio de convênios com a Universidade Federal de Sergipe, através do Departamento de Serviço Social e do Núcleo de Engenharia de Pesca do Departamento de Engenharia Agrônômica, Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe - FAPese e um contrato com uma empresa especializada. No projeto de Pesquisa e Desenvolvimento social, os profissionais de Serviço Social desenvolvem pesquisas e extensão, processos de mobilização das comunidades para a participação nos fóruns locais de discussões e formação de lideranças comunitárias para compor o conselho gestor do PEAC. O serviço social tem desenvolvido importantes atividades na preservação do meio ambiente através da educação ambiental e no empoderamento dos sujeitos sociais no âmbito da gestão ambiental.

**3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental**  
**Ensino, pesquisa e extensão Universitária**  
**22 a 26 de novembro de 2011**

**Palavras-chave: Serviço Social, Educação Ambiental, Licenciamento Ambiental**

**Introdução**

O presente artigo tem o objetivo de discutir a atuação do serviço social na área do Meio Ambiente, com enfoque no Programa de Educação Ambiental com comunidades costeiras (PEAC), este surgiu em 1999 como projeto de educação ambiental, realizando cursos e articulações entre a Petrobras e outras instituições do Estado de Sergipe. Desta forma iniciamos abordando alguns aspectos da Política Nacional de Meio Ambiente instituída pela lei 6.938 de 1981; O Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA- criado para cumprir o estabelecido nesta lei; bem como a apresentação do princípio contido na Constituição Federal de 1988, mais precisamente o artigo 225, onde se estabelece o dever tanto do poder Público, quanto da coletividade em preservar o Meio Ambiente.

O Serviço Social começou a ocupar espaço na área ambiental por volta dos anos 1980/ 1990 com o surgimento de programas socioambientais nas empresas. A partir daí a ação profissional vem se ampliando nessa área e ganhando visibilidade não só nas empresas, que investem massivamente em ações que viabilizem a educação ambiental, como nas ONGs e Serviços Públicos.

No início da atuação do Serviço Social nessa área estava voltada para criação de programas e projetos, desenvolvidos com foco na Educação Ambiental, que consiste em “práticas consideradas educativas que possibilitem a “conscientização” e responsabilização dos indivíduos sobre as causas e os meios de minimizar os problemas ambientais” (RAFAEL, 2008), entretanto não levava, ainda, em consideração a forma destrutiva como o capitalismo realiza a produção, explorando e descartando os recursos humanos, sociais e naturais. Segundo ( SILVA apud RAFAEL, 2008, p. 85):

A educação ambiental ocupa centralidade nas práticas e programas das empresas através de campanhas educativas, seminários, oficinas, etc. e, em geral, está amparada teórico-metodologicamente pelo pensamento “ecologista” hegemônico, que advoga a superação do antropocentrismo, supervalorizado na contemporaneidade, em favor de uma visão biocêntrica das relações do homem com a natureza.

Entretanto, outras perspectivas vêm sendo desenvolvida na defesa e na utilização de categorias críticas no entendimento da questão ambiental que partem da perspectiva

**3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental**  
**Ensino, pesquisa e extensão Universitária**  
**22 a 26 de novembro de 2011**

de totalidade para entender seus fundamentos. Para (SILVA 2008) “A problemática ambiental tem origem na forma histórica com que o sistema do capital exerce o domínio sobre a natureza, convertendo-a as necessidades de reprodução”

Partindo deste pressuposto, os profissionais de serviço social, através de uma análise crítica da realidade percebem a educação ambiental, como meio de formar sujeitos críticos capazes de enfrentar os conflitos decorrentes do agravamento da questão ambiental, utilizando instrumentos que associem elementos ambientais e políticos que possibilitem uma ação emancipatória dos sujeitos para transformar a realidade social. De acordo com (LEFF apud VIEIRA, 2009, p.4):

A questão ambiental é uma problemática de caráter eminentemente social gerada por um conjunto de processos sociais [...] os processos de degradação socioambiental (perda da fertilidade dos solos, marginalização social, desnutrição, pobreza e miséria extrema) a destruição ecológica são resultados de um modelo depredador de crescimento e que permite maximizar os lucros econômicos em curto prazo [...] A questão ambiental surge como uma problemática social e ecológica generalizada de alcance planetário que atinge todos os âmbitos da organização social, os aparelhos do Estado de todos os grupos e classes sociais.

Nesse sentido o presente artigo, é fruto de um estudo qualitativo e seu objeto caracteriza-se por demandar uma pesquisa exploratória, cuja coleta de dados acerca do assunto ocorreu através de pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica segundo (GIL 2008 p.50)” é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”, utilizamos também a internet como fonte primária da referida pesquisa para a elaboração do presente artigo.

### **Política Nacional de Meio Ambiente**

Em 1981 foi instituída a Lei 6.938 que trouxe diretrizes que tornaram possíveis através de mecanismos que propiciam ao Meio Ambiente maior proteção criando para este propósito o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), que em seu art.2º dispõe:

A política nacional tem por objetivo a preservação, melhora e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. (.LEI nº 6.938 de 1981)

**3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental**  
**Ensino, pesquisa e extensão Universitária**  
**22 a 26 de novembro de 2011**

O SISNAMA, por sua vez, para dar cumprimento aos princípios constitucionalmente previstos e nas normas estabelecidas, congrega os órgãos e entidades ambientais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, através de instâncias como O Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), O Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBMA) e os Órgãos Setoriais ( Seccionais e locais). Assim fica registrado que o trabalho conjunto desses Órgãos possibilita:

A compatibilização do desenvolvimento social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico; a definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios; o estabelecimento de critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais; o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais à difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, a divulgação de dados e informações ambientais e a formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico; a preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida; a imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.(LEI nº 6.938, Incisos I ao VII do art. 4 )

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 225 impõe ao poder público e a coletividade o dever de defender o meio ambiente e preservá-lo para as presentes e futuras gerações:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 art.225).

Para materialização dessas leis, como cumprimento de parte de suas atribuições, o CONAMA se posiciona criando Resoluções que estabelecem normas e padrões federais que deverão ser observados pelos Estados e Municípios que por sua vez possuem liberdade para estabelecer critérios de acordo com suas realidades, desde que sejam mais permissivos, determinando a necessidade de elaboração do EIA/RIMA (Estudo e Relatório de Impacto ambiental) para licenciamento das obras a serem implantadas, devendo ser o Relatório de Impacto Ambiental publicizado, além de que a

**3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental**  
**Ensino, pesquisa e extensão Universitária**  
**22 a 26 de novembro de 2011**

legislação estabelece que sempre que for julgado necessário, seja promovida uma audiência pública para discussão sobre o projeto e seus impactos assim como discussão do RIMA.

Mas conforme a análise feita por Araújo é extremamente contraditório a ação do Estado diante da questão ambiental, pois “enquanto uma parte identifica-se com os principais mecanismos institucionais de defesa do meio ambiente, outra parte constitui um dos principais agentes de degradação[ que se reporta ao Estado atuando como empreendedor numa obra de impacto ambiental]”(ARAÚJO, 1999, p.6 ). Faz-se necessário que os membros dos órgãos que concedam licenciamento para atividades que causam impacto ambiental tenham autonomia para decidir e que não sofram pressões de natureza diversas, elevando um nível de democratização e possibilitando o exercício da cidadania, dando confiabilidade a atuação dos mesmos.

**Atuação do serviço social no Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC)**

O Programa de Educação Ambiental com comunidades Costeiras é desenvolvido pela Petrobrás desde 1999, mas a forma como é desenvolvida hoje foi construída a partir de 2007. Este Programa faz parte do conjunto de condicionamentos, exigidos pelo processo de licenciamento ambiental para manutenção de empreendimentos de petróleo e gás na bacia hidrográfica da Unidade de Negócios de Exploração e Produção de Sergipe/ Alagoas. Sendo que licenciamento Ambiental, Segundo (LOUREIRO, 2009 p. 23) consiste em:

Processo institucionalizado e atributo exclusivo do Estado que busca, por meio de seus instrumentos legitimados, garantir certos padrões de desenvolvimento humano, social e de proteção e preservação ambiental, cujos critérios de execução são definidos segundo motivações políticas e econômicas sobre parâmetros oriundos do conhecimento científico.

A educação Ambiental no licenciamento é desenvolvida conforme preconiza a Política Nacional de Educação Ambiental instituída na Lei N° 9.795, de 27 de abril de 1999, entendida em seu artigo 1° como:

Processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para

**3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental**  
**Ensino, pesquisa e extensão Universitária**  
**22 a 26 de novembro de 2011**

conservação do meio ambiente, bem como de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Percebemos que a lei apenas ratificou algo já estabelecido na Constituição Federal de 1988 conforme mencionamos anteriormente. A realização da educação ambiental no licenciamento pressupõe termos específicos dos pressupostos pedagógicos como coloca (LOUREIRO 2009, p. 23):

O Programa de Educação Ambiental com comunidades Costeiras (PEAC) vem desenvolvendo projetos que visam, segundo as normas de licenciamento ambiental mitigar os impactos e compensar as perdas das comunidades costeiras atingidas, ambiental e socialmente, pelas atividades da Petrobrás na Unidade de Negócios de Exploração de Sergipe/ Alagoas-UN/SEAL

O PEAC está presente nas comunidades do litoral sergipano, nos municípios de Brejo Grande, Pacatuba, Pirambu, Barra dos Coqueiros, São Cristovão, Aracaju, Itaporanga D' Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhi e Indiaroba e em duas comunidades litorâneas de dois municípios do norte do Estado da Bahia, Jandaíra e Conde.

Atualmente existem dois projetos em execução no PEAC, trata-se do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento social e do Projeto de Monitoramento Participativo do Desembarque Pesqueiro- PMPDP, ambos estão sendo desenvolvido em Convênios com a Universidade Federal de Sergipe através do Departamento de Serviço Social e do Núcleo de Engenharia de Pesca do Departamento de Engenharia Agrônômica, também participa a Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe – FAPese e um contrato com uma empresa especializada.

O Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento social desenvolve pesquisas e atividades de extensão, processos de mobilização e formação de lideranças comunitárias para a participação e composição do Conselho Gestor do PEAC. O serviço social está atuando nesse projeto com uma perspectiva teórico-crítica, baseada no materialismo histórico dialético que se constitui em um modo de apreender a realidade social, possibilitando a mediação das contradições da realidade social: “[...] o método dialético tende a conhecer todos os setores do ser e da consciência como um processo histórico movido por contradições [...]. (LUCKÀS, 1970, p. 35 apud LARA, 2007, p.79).

Articulando a produção do conhecimento aos processos de formação e de mobilização comunitária, as equipes composta de estagiários de serviço social,

**3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental**  
**Ensino, pesquisa e extensão Universitária**  
**22 a 26 de novembro de 2011**

assistentes sociais e os profissionais de outras áreas desenvolvem pesquisas de mobilização no campo, junto às comunidades fortalecendo o contato dos mesmos com o programa e mediando os processos de participação e construção de medidas compensatórias dos quais eles têm direito.

Mobilizam e organizam as comunidades para a realização de fóruns locais de discussão, impulsionam o processo sistemático de educação ambiental, produzem conhecimento sobre a realidade sócio-econômica e cultural das comunidades, formam novos pesquisadores e assessoram o Conselho Gestor do PEAC no planejamento das atividades procurando assegurar as prioridades definidas pelas comunidades.

O Projeto de Monitoramento Participativo do Desembarque Pesqueiro (PMPDP) realizado em alguns portos localizados nas comunidades abrangidas pelo programa, faz monitoramento do pescado (quantidades, espécies, etc.), é desenvolvido pelo Núcleo de Engenharia de pesca da Universidade Federal de Sergipe. O projeto visa criar subsídios para o co-gestão dos recursos pesqueiros nos municípios do litoral envolvidos pelo Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras.

Ainda com relação à atuação do serviço social no Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento Social, sobre o instrumental técnico-operativo utilizado pelos assistentes sociais, nesse projeto trata-se de um conjunto articulado de técnicas e habilidades usadas no dia-dia do profissional para intervenção, porém, os instrumentos e técnicas de trabalho não devem ser utilizados de forma padronizada (pois não há instrumentos prontos). Ao utilizar tais instrumentos são levadas em conta as relações mais amplas em que está inserida a intervenção do assistente social. Desta forma cabe ao profissional verificar qual instrumento subsidiará melhor a sua atuação durante o fazer profissional.

Um dos principais instrumentos utilizado pelos assistentes sociais é a comunicação (linguagem acessível ao público), nesse sentido (MAGALHÃES, 2003, p22). afirma:

O homem se comunica através de signos, e estes são organizados através de códigos e linguagens. Pelo processo socializador, ele desenvolve e amplia suas aptidões de comunicação, utilizando os modos e usos de fala que estão configurados no contexto sociocultural dos diferentes grupos sociais dos quais faz parte.

**3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental**  
**Ensino, pesquisa e extensão Universitária**  
**22 a 26 de novembro de 2011**

A linguagem tanto escrita como verbal é instrumento muito utilizado pelos assistentes sociais no âmbito Programa de Educação Ambiental Com Comunidades (PEAC), pois esta permite que os profissionais instrumentalizem os representantes comunitários por meio de reuniões, trabalhos em grupos, exposição dialogada, dinâmicas, instrumentos ilustrativos, tais como: tabelas, painéis, diário de campo, elaboração de relatórios, etc.

Também se utilizam os princípios da educação popular como: a troca de experiência, processo de aprendizagem mútua, troca de saberes, o respeito ao conhecimento do outro.

### **O serviço social e as estratégias de participação da comunidade no PEAC**

Participação é um conceito que pode ser relativizado e incorporado em concepções ideológicas distintas. Trabalhando esse tema com Nogueira (2005), temos a oportunidade de aprofundar o entendimento a respeito e balizar a atuação profissional do assistente social na área do meio ambiente no que se refere à participação democrática da sociedade civil. Poderíamos perceber, ainda, e mais especificamente, essa participação na gestão ambiental para o licenciamento de empresas de exploração de recursos da natureza e/ou aquelas relacionadas com impactos ambientais.

A reflexão sobre a participação é pertinente, pressupondo os princípios defendidos pelos assistentes sociais somados às exigências da operacionalização do programa que preconiza a participação dos comunitários envolvidos no contexto dos impactos ambientais sofrido pela instalação de empresas extrativistas.

Nessa direção, de acordo com (NOGUEIRA 2005) “quem participa procura projetar-se como sujeito que porta valores, interesses, aspirações e direitos: constrói assim uma identidade, formula uma “teoria” para si e traça um plano de ação”. Contudo, a constituição de um sujeito político pressupõe uma cultura de participação política que historicamente não tem sido um atributo da sociedade brasileira.

A exigência da participação da comunidade nos processos do licenciamento pelo órgão fiscalizador (IBMA) depara-se com ceticismo e uma cultura de impotência dos

**3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental**  
**Ensino, pesquisa e extensão Universitária**  
**22 a 26 de novembro de 2011**

sujeitos comunitários, face aos entes públicos e privados. Aos profissionais de serviço social cabe a tarefa de formação de sujeitos políticos participativos, construir ações pedagógicas somadas às estratégias de participação com vistas no fortalecimento da coletividade livre dos “apadrinhamentos” com a conquista da autonomia dos sujeitos.

De acordo com Nogueira (2005) há quatro modalidades de participação que coexistem e variam de acordo com as diferentes circunstâncias históricas: participação assistencialista é mais freqüente nos segmentos sociais mais pobres. É interessante notar a sinalização do autor sobre a predominância dessa modalidade de participação em grupos sociais de menor consciência política coletiva.

A segunda modalidade apresentada é a participação corporativa esta aparece ligada à defesa de interesses específicos de determinados grupos sociais ou de categorias profissionais. Trata-se de um tipo de participação fechada em si, ou seja, ganham apenas os que pertencem ao grupo em questão. Outro tipo de participação é a eleitoral diretamente ligada a governabilidade e seus efeitos dizem respeito a toda coletividade. “Nela possui uma consciência mais elevada do poder político e da possibilidade de direcioná-lo e organizá-lo” (NOGUEIRA, 2005). Contudo, existem limites por estar condicionada às escolhas individuais.

A participação política, segundo (NOGUEIRA 2005 p. 133):

Realiza-se tendo em vista a comunidade como um todo, isto é, a vida social em seus diversos aspectos. Nestes termos a participação política se configurem uma prática ético-política, que tem a ver tanto com o poder e da dominação quanto com a questão do consenso a da hegemonia, tanto com a força quanto com consentimento, tanto com o governo quanto com a convivência.

Como produto de uma participação política efetiva, os sujeitos políticos podem disputar seus interesses e ideais de forma a democratizar o poder e os espaços deliberativos.

Para superar o desafio de formar sujeitos políticos participantes, os assistentes sociais ancoram-se numa perspectiva político-pedagógica crítica e emancipadora. A socialização de informações somadas às estratégias de participação direta dos comunitários no PEAC são instrumentos potencializadores para o posicionamento dos indivíduos diante dos interesses da comunidade.

**3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental**  
**Ensino, pesquisa e extensão Universitária**  
**22 a 26 de novembro de 2011**

Cabe aos profissionais de serviço social, no âmbito do licenciamento ambiental, mobilizar a comunidade para a identificação/ formação de lideranças que possam representar a coletividade. Tais aproximações com a realidade é acompanhada pela sistematização e produção de conhecimentos com vistas a proporcionar uma leitura mais objetiva em busca de uma melhor compreensão dos sujeitos coletivos, além de qualificar, significativamente, a atuação do profissional naquela realidade. A prática pedagógica deste profissional é desenvolvida conjuntamente com adoção da perspectiva metodológica da pesquisa-ação.

Podemos situar a prática dos assistentes sociais, no âmbito do licenciamento ambiental, como um processo de empoderamento dos indivíduos à respeito dos seus direitos frente à gestão ambiental. A realização de reuniões com a comunidade consiste em estratégias de construção de espaços de discussões onde a participação de todos fortalece e efetiva os valores democráticos. Neste sentido, tornam-se requisito uma formação e um perfil profissional pautado nos valores democráticos e emancipatórios, profissionais que tenham articulação para trabalharem em equipe e com outras políticas sociais que perpassam a temática da “questão social”.

### **Conclusão**

Percebemos que a trajetória do serviço social na área da educação ambiental não tem o mesmo objetivo e a mesma perspectiva, visto que alguns profissionais adotam práticas pedagógicas voltadas para modificar comportamentos tanto de funcionários nas empresas, quanto dos cidadãos. Na experiência do PEAC o serviço social trabalha com educação ambiental com o objetivo de emancipar os sujeitos de forma que possam criar uma capacidade crítica da realidade, baseados numa consciência ambiental ampliada, que não simplesmente culpabiliza o indivíduo, mas que tem consciência sobre de que forma o ambiente é impactado numa relação capitalista de produção.

Tal avanço, para os profissionais de serviço social, além de representar uma possibilidade de ampliação de espaços de atuação, verifica-se um novo horizonte de afirmação dos princípios e valores éticos conquistados pelo conjunto desses profissionais, a partir de uma perspectiva crítica da realidade, contrária às perspectivas vigentes nas discussões sobre a “questão ambiental”.

Desta forma, podemos situar a prática do assistente social, no âmbito do licenciamento ambiental, como um processo de empoderamento dos indivíduos dos seus

**3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental**  
**Ensino, pesquisa e extensão Universitária**  
**22 a 26 de novembro de 2011**

direitos frente à gestão ambiental. Onde, a realização de reuniões com a comunidade consiste em estratégias de construção de espaços de discussões nas quais a participação de todos fortalece e efetiva os valores democráticos. Neste sentido, tornam-se requisitos uma formação e um perfil profissional pautado nos valores democráticos e emancipatórios, profissionais que tenham articulação para trabalhar em equipe e com apropriação das demais políticas sociais, pois perpassam a temática da questão ambiental possibilitando a intersectorialidade.

No PEAC os assistentes sociais têm enfrentado alguns impasses como a despolitização dos sujeitos, pois ainda é persistente e se expressa nos regionalismos e interesses particulares em detrimento das motivações coletivas; existem também o forte caráter paternalista e a dependência dos setores públicos também são determinações que estão presente no cotidiano profissional no processo da gestão ambiental para o licenciamento.

Apesar destes impasses, o crédito dado ao profissionalismo dos assistentes sociais e da equipe envolvida no processo de realização do PEAC, tem dado condições objetivas de alcance dos objetivos a que se propõem, em consonância com é preconizado no código de ética que rege a profissão.

#### **Referências Bibliográficas**

ARAÚJO, Carlos Antônio S. de. Ordem jurídica e Meio Ambiente. In CURITIBA, Núcleo de Pós Graduação e Estudos do Semi-Árido, Vol.2, n.1. Aracaju, Prodema; UFS/NESSA, 1999.

BRASIL Constituição: texto constitucional promulgado em 5 de Outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais N° 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão N° 1 a 6/94. Brasília: Senado federal, subsecretária de Edições Técnicas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo. Atlas 2008.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM COMUNIDADES COSTEIRAS. Disponível em [HTTP://programapeac.com.br/o-programa/projetos/](http://programapeac.com.br/o-programa/projetos/). Acesso 01 de Setembro de 2011 as 21hs01min.

JURISAMBIENTE. Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em [HTTP://www.jurisambiente.com.br/ambiente/politcameioambiente.shtm](http://www.jurisambiente.com.br/ambiente/politcameioambiente.shtm). Acesso em 05 de Setembro de 2011 as 18 hs30min.

**3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental**  
**Ensino, pesquisa e extensão Universitária**  
**22 a 26 de novembro de 2011**

LARA, Ricardo. Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências à perspectiva ontológica. Rev. Katál. V.10. Florianópolis, 2007.

LEI N° 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981, Disponível em [HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil/03/Leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/Leis/L6938.htm). Acesso em 03 de Setembro de 2011 às 18hs 42min.

LOUREIRO, C. F .B. Oficina de Atualização de conceitos: Educação Ambiental no Processo de Gestão In. Educação Ambiental no licenciamento: Aspectos Legais e Teórico-Metodológicos. Maio/2009.

MAGALHÃES, Selma Marquês. Avaliação e linguagem: relatórios, laudos e pareceres. São Paulo. Veras; Lisboa: CPIHTS, 2003.

NOGUEIRA, M. A. Um Estado para a Sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

RAFAEL, Paula Raquel B. A “Questão Ambiental” e o Trabalho das Assistentes Sociais nos Programas Socioambientais das Empresas. Recife-PE: Dissertação de Mestrado em Serviço Social, 2008.

VIEIRA, Aliceane de Almeida. Questão socioambiental, sustentabilidade e serviço social. In: XIX seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social. EL Trabajo em La Coyuntura latinoamericana: desafios para su formacion, articulacion y acción Professional. Guayaquil, Equador. 2009. Editorial ALAEITS. Brasil.2009.